



# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 399, DE 2023

Requer, nos termos do art. 48, XI, do Regimento Interno do Senado Federal, do inciso II, do art. 7º, da Lei Complementar nº 95, de 1998, e da Questão de Ordem do Senado Federal nº 6, de 2015, e baseado no entendimento do Supremo Tribunal Federal firmado na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.127, que Vossa Excelência declare como não escritas as redações dadas aos arts. 4º, 29 e 78-B da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e aos arts. 14, 17, 25, 31 da Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, na forma dos arts. 1º e 2º do Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 6, de 2023, proveniente da Medida Provisória nº 1.150, de 22 de dezembro de 2022, e ao art. 2º do PLV em comento.

**AUTORIA:** Senadora Eliziane Gama (PSD/MA)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

**REQUERIMENTO Nº      , DE 2023**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 48, XI, do Regimento Interno do Senado Federal, do inciso II, do art. 7º, da Lei Complementar nº 95, de 1998, e da Questão de Ordem do Senado Federal nº 6, de 2015, e baseado no entendimento do Supremo Tribunal Federal firmado na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.127, **que Vossa Excelência declare como não escritas** as redações dadas aos arts. 4º, 29 e 78-B da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e aos arts. 14, 17, 25, 31 da Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, na forma dos arts. 1º e 2º do Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 6, de 2023, proveniente da Medida Provisória nº 1.150, de 22 de dezembro de 2022, e ao art. 2º do PLV em comento.

**JUSTIFICAÇÃO**

A Medida Provisória (MPV) nº 1.150, de 2022, chegou ao Congresso Nacional com o objetivo único de estabelecer novo regramento à contagem de prazo para adesão por proprietários e possuidores rurais ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), disciplinado pela Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal). O prazo único aplicável a todos, que havia expirado em 2021, passou a ser contado individualmente, tendo como termo inicial a convocação pelo órgão competente, quando lhe serão dados 180 (cento e oitenta) dias para firmar termo de compromisso com a Administração.

Ocorre que foram apresentadas 19 (dezenove) emendas à matéria, propostas por Deputados e Senadores, e em sua versão final aprovada pelo Plenário da Câmara dos Deputados **foram incorporados dispositivos que não guardam pertinência temática com a proposição inicial**; aliás, alguns deles não possuem os atributos da relevância e urgência exigidos pelo art. 62 da Constituição Federal.

O PLV nº 6, de 2023 ampliou significativamente o escopo original da MPV 1150/2022, com a alteração do procedimento para definição de área de preservação permanente em área urbana e modificação do



SENADO FEDERAL

SF/23230.47924-29

regramento para supressão de vegetação de Mata Atlântica, fragilizando a proteção do bioma.

Ouso afirmar que a Câmara dos Deputados aprovou **o maior jabuti da história em matéria ambiental em uma Medida Provisória**, com a emenda de Plenário **que destrói a Lei da Mata Atlântica**, legislação aprovada em 2006 para proteger o bioma mais desmatado do país.

A Lei da Mata Atlântica, n.º 11.428/2006, oriunda do PL 3285/1992, **tramitou por 14 anos no Congresso Nacional**, até fosse aprovada e sancionada em 22/12/2006. **Esse é um marco importante na preservação do bioma, em harmonia com o compromisso do Brasil assumido na Convenção sobre Diversidade Biológica.**

Impende ressaltar que, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5.127, o Supremo Tribunal Federal afirmou **não ser compatível com a Constituição a apresentação de emendas sem relação de pertinência temática com medida provisória** submetida a sua apreciação por haver *desacordo com o princípio democrático e com o devido processo legal* (legislativo). O tema delineado originalmente na MPV é a definição de nova metodologia para contagem de prazo para firmar o PRA. **No entanto, o PLV nº 6, de 2023, avançou sobre (i) regulamentação de área de preservação permanente de margens de rio em áreas urbanas, zona de amortecimento e corredores ecológicos em unidades de conservação, (ii) prazos para adesão ao Cadastro Ambiental Rural e, o mais grave, (iii) alterou dispositivos da Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006 (Lei da Mata Atlântica), fragilizando a proteção do bioma.**

Na decisão da Questão de Ordem nº 6, de 2015, ficou assentado que *compete ao Plenário do Senado Federal emitir juízo prévio sobre o atendimento dos pressupostos constitucionais de admissibilidade da Medida Provisória. Ao fazê-lo, poderá deixar de conhecer, considerando não escrita matéria estranha à medida provisória originária.*

Por considerar que as alterações promovidas na Câmara dos Deputados violam a Constituição e, no mérito, põem em risco a proteção das florestas brasileiras, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

Sala das Sessões,

Senadora ELIZIANE GAMA